



A OBRA ASSOCIATIVA DOS PORTUGUESES DO BRASIL

Por A. Gomes da Costa



Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras

Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras
Rua Pereira da Silva, 310 - Laranjeiras / Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2010

Dr. ex. 44

Antonio Gomes da Costa

A OBRA ASSOCIATIVA DOS PORTUGUESES DO BRASIL



Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras

Rio de Janeiro
2010

C M P V
BIBLIOT. MUN
DATA 12.05.24
NUM. 104.384
COD.

A OBRA ASSOCIATIVA DOS PORTUGUESES DO BRASIL

Estamos nas primeiras décadas do século XIX. A Corte de D. João VI tinha regressado a Lisboa; o Brasil, independente, era o lugar de refúgio para muitos portugueses que se tinham envolvido nas disputas travadas entre absolutistas e liberais.

Alguns desses exilados políticos possuíam uma sólida formação intelectual – eram advogados, jornalistas, etc. – e juntaram-se a “comerciantes da praça” e a outros compatriotas que viviam na cidade do Rio de Janeiro para fundar um “gabinete de leitura”. O objetivo era promover a instrução e pretendiam fazê-lo através dos meios definidos nos estatutos: – “*ipsis verbis*”: “organizar uma livraria escolhida nas ciências, literatura e artes; coligir as obras e manuscritos de mérito na Língua Portuguesa; subscrever os mais acreditados periódicos nacionais e estrangeiros concernentes às ciências, à literatura, ao comércio e às artes; reimprimir os livros raros e imprimir os manuscritos interessantes da Língua Portuguesa”.

O formato da associação mantinha algumas semelhanças com as “*boutiques à lire*”, que funcionavam em Paris desde a Revolução de 1789. Havia, entretanto, uma diferença: enquanto os estabelecimentos franceses cobravam uma certa quantia dos cidadãos que levavam os livros de empréstimo, o “gabinete de leitura” concebido e estruturado

pelos portugueses do Rio de Janeiro não tinha qualquer finalidade de lucro e, portanto, as obras eram emprestadas gratuitamente, pelo período estipulado no regulamento da biblioteca. O que mais importava aos seus fundadores era que os jovens emigrantes – sobretudo eles – chegados das terras d'além-mar com poucas letras e obrigados a trabalhar durante o dia inteiro para sobreviver, tivessem os livros ao seu alcance para melhorar os conhecimentos gerais e aperfeiçoar as aptidões.

O “Gabinete de Leitura” foi fundado em 14 de maio de 1837 – sendo, por isso, a primeira associação de raiz portuguesa a ser criada no Brasil depois da proclamação da Independência. No começo, foram adquiridos e doados alguns milhares de livros para a constituição de seu acervo, mas logo depois os objetivos iniciais eram ampliados e o “Gabinete” deixou de ser apenas uma instituição voltada para a instrução dos emigrantes menos preparados intelectualmente e foi-se consolidando numa autêntica catedral da cultura portuguesa, ou, nas palavras de Pedro Calmon, tornou-se no “Palácio da Língua e no santuário da Raça”.

Uma prova dessa transformação está patente na qualidade do acervo bibliográfico que foi sendo constituído e que abrangia, por exemplo, as obras completas de Voltaire, em francês. Ou, então, na decisão tomada pela diretoria em 1850 – apenas 13 anos após a fundação - que resolveu enviar a Portugal o conselheiro

Adolpho Victorio da Costa para adquirir da Companhia de Jesus, em Setúbal, um exemplar da edição “*princeps*” de “OS LUSÍADAS”. Ora, certamente que essas obras, assim como as “Ordenações de D. Manuel”, editadas em 1521; ou os “Capítulos de Côrtes e leys que sobre alguns deles fizeram”, de 1539; ou as cartas régias; ou as páginas manuscritas da “Clavis Prophetarum” do Padre António Vieira, ou as “Constituições do Arcebispado de Braga” de 1538, ou tantos outros livros raros, adquiridos e guardados nas estantes do “Gabinete”, não eram para ser emprestados aos carregadores de fardos dos armazéns ou aos aprendizes das oficinas, aos caixeiros e aos marçanos das lojas, que, em sua maioria, ainda se alfabetizavam pela cartilha de João de Deus.

Décadas mais tarde, em 1880, quando se inicia a construção do edifício em estilo neomanuelino para onde iria mudar a sede, na antiga Rua da Lampadosa, e era assinalada a passagem do tricentenário da morte de Camões – confirmava-se o desígnio do “Gabinete” de ser, antes de tudo, uma doação ao Brasil do que melhor produzira o gênio português nos domínios das Letras e das Artes.

Pouco tempo depois da fundação do Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro foram criadas as “Beneficências Portuguesas”, uma outra expressão do associativismo. A saúde era um setor que estava praticamente entregue às “Misericórdias” e aos hospitais de algumas Ordens religiosas, como a Ordem Terceira

de São Francisco da Penitência e a Ordem do Carmo. O Estado do “*laissez-faire, laissez-passer*” primava pela ausência e pelas omissões nesse campo – e em tantos outros. As vagas de leitos nos hospitais eram poucas para as necessidades da população e o tratamento dado aos doentes era precário. Em tempo de endemias, como a febre amarela, a malária, a tuberculose, a varíola e outras – as tragédias e os dramas que se alastravam, sobretudo nas grandes cidades, eram medonhos e devastadores. Foi por essa altura, ou seja, na 2ª metade do século XIX, que se espalharam pelos principais núcleos da emigração portuguesa as “Beneficências”. A do Rio de Janeiro foi a primeira, fundada em 1840, por iniciativa de José Marcelino da Rocha Cabral, o mesmo jornalista que teve a idéia de criar o Gabinete de Leitura; depois vieram a do Rio Grande, a de Belém do Pará, a de Porto Alegre, a de Recife, a de Salvador, a de S. Paulo, a de Santos e a de São Luiz do Maranhão. Esta foi a área do associativismo onde a “colônia”, premida pela necessidade de combater as doenças, mais investiu e também, por isso, ganhou maior foco e extensão. Emigrantes de outras nacionalidades - espanhóis, italianos e sírio-libaneses – iriam copiar o modelo português – criando as Beneficências espanholas, os hospitais italianos, etc...

“A Obra das ‘Beneficências’ era uma Obra de Deus, não era uma Obra dos homens”, dizia um dos pioneiros. E tinha uma amplitude extraordinária em suas

finalidades, que iam desde o “prestar alimento aos indigentes que não pudessem trabalhar” até o “acudir aos enfermos com os socorros e aos mortos com a caridade cristã”; ou desde “facilitar a educação e o ensino, assim moral como industrial à mocidade desvalida” até o “fazer esforços para que os portugueses de procedimento irregular se corrijam e se empreguem em trabalho honesto”. Os hospitais das Beneficências, até meados do século XX foram os mais renomados do país, tanto pelos equipamentos de que dispunham, como pela excelência das equipas médicas que neles trabalhavam. E foram as Beneficências que, juntamente com as “Misericórdias” e as Ordens religiosas, tiveram a seu cargo o atendimento às populações até o advento do Estado Novo, quando surgiram os primeiros hospitais públicos e o sistema nacional da previdência social.

Mais duas vertentes do associativismo de raiz portuguesa vieram a seguir. A primeira, no âmbito do ensino, com a criação dos “liceus de artes e ofícios”, das escolas e dos educandários, sendo estes ligados, quase sempre, às irmandades religiosas. O Liceu Literário Português foi fundado no Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1868 e teve um papel importante durante várias gerações, quer na alfabetização dos segmentos mais pobres da população da cidade, quer na formação profissional dos jovens emigrantes. As aulas de “Arte Náutica”, ministradas no Liceu, contaram várias vezes com a presença do Imperador D. Pedro II, tal era o prestígio da instituição.

A segunda vertente foi o aparecimento das sociedades de auxílio mútuo, que tinham por escopo o acolhimento de idosos e abandonados, a repatriação de emigrantes doentes, o fornecimento de remédios e a ajuda às famílias largadas na miséria, à infância desvalida e aos indigentes. Observe-se – e este é um ponto importante a ser sublinhado - que não eram apenas os pobres e excluídos da “colônia” que se beneficiavam dos serviços destas instituições, pois os seus serviços estendiam-se à população em geral. Os beneméritos e dirigentes não queriam saber da nacionalidade, da etnia, ou das crenças dos que as procuravam, tangidos pelo sofrimento, pela desgraça, pelo desemprego ou pelo abandono da família. Todos eram filhos de Deus. Mais do que das contribuições dos associados, as entidades de assistência mantinham-se e ampliaram o seu patrimônio graças aos legados e às doações dos benfeitores. Se examinarmos os testamentos e os codicilos da época, verificaremos que os portugueses mais favorecidos pela sorte e pela fortuna, em chegando o crepúsculo da vida, contemplavam de preferência as irmandades religiosas e as instituições de caráter vincadamente social, como as Beneficências, as Caixas de Socorros mútuos, as Santas Casas de Misericórdia, os Orfanatos e os Sanatórios. Já os Gabinetes de Leitura, os Grêmios Literários ou os Liceus, por exemplo, estiveram, quase sempre, fora dos legados. A solidariedade cristã, mais do que a instrução e a ciência, era um caminho direto para Deus, pensavam os emigrantes daquela época.

A título de curiosidade e porque temos entre nós ilustres membros da Academia Brasileira de Letras, inclusive seu Presidente, o Ministro Marcos Vilaça, ressalte-se o fato de ter sido um livreiro português, Francisco Alves, falecido nas primeiras décadas do século XX, o primeiro grande Mecenas da Casa de Machado de Assis, à qual deixou grande parte de seus bens. Pela mesma altura, um outro português, esse de Santo Tirso, Com. Albino de Sousa Cruz, depois de vender aos ingleses a fábrica de tabaco, também empenhou grande parte de sua fortuna a custear, por décadas seguidas, o funcionamento do Real Gabinete Português de Leitura.

Ainda na 2ª metade do século XIX, como outra dimensão do associativismo, fundaram-se os clubes sociais e desportivos. Foi o caso do Clube Ginástico Português, em 1868, e do Club de Regatas Vasco da Gama, em 1898, aquele, ponto de reunião e de convívio das famílias luso-brasileiras e este, inicialmente, voltado para a prática do remo, tornou-se, mais tarde, com a introdução do futebol num dos mais populares clubes do Brasil. Até porque foi o primeiro a escalar atletas negros nas competições oficiais, inovação que gerou, na época, uma exaltada controvérsia, mas que terminou com a quebra do preconceito mantido até então pelas élites desportivas. E nessa altura, Mestre Gilberto Freyre não tinha publicado ainda a sua obra de apologia ao espectro racial da miscigenação e à combinação de culturas que os portugueses praticaram e desenvolveram não só no

mundo que criaram, mas também no mundo por onde se perderam. O estádio, do “Vasco da Gama” construído em 1927, graças, principalmente, às subscrições arrecadadas junto ao comércio da cidade, foi até 1940 o maior do país. E foi a tribuna de honra de São Januário – era este o nome do estádio - que o Presidente Getúlio Vargas, escolheu para se dirigir no dia 1º de maio aos “trabalhadores do Brasil”. Foi também nas instalações do “Vasco da Gama” que ficou alojada a Força Expedicionária Brasileira antes de seguir para a Itália a fim de participar da 2ª Grande Guerra Mundial.

Finalmente, já no século XX, o associativismo ganhou um novo módulo com o aparecimento das chamadas “casas regionais”, que eram, antes de tudo, manifestações de amor dos emigrantes à sua terra natal. Nelas reúnem-se, até hoje, as famílias originárias da mesma província, ou de uma mesma cidade, para dançar e cantar o vira e a chula, para ouvir as concertinas e as tocatas, para evocar as aldeias de berço e as festas de verão, a gastronomia da província e os trajes típicos, os cultos religiosos e as tradições populares.

Em poucos anos, no Rio de Janeiro, esses “centros regionais” multiplicaram-se: foi a Casa do Minho e a Casa de Trás-os-Montes; a dos Açores e a da Madeira; a dos Poveiros e a das Beiras; a da Vila da Feira e a de Arouca; a de Espinho e a de Lafões; a do Porto e a de Vizeu. De pouco adiantou a tentativa de se fundirem todas essas associações num “solar dos portugueses” – os minhotos não abriam

mão da sua casa, os trasmontanos, os açorianos, os beirões, os poveiros todos queriam o mesmo. Daí a dispersão desses “centros” por vários locais e bairros da cidade. E ainda bem que foi assim, pois a unificação das diversas associações acabaria, decerto, por estiolar o entusiasmo e reduzir a emulação entre elas: foi melhor ter havido várias ermidas, umas, talvez modestas, outras talvez sem talha dourada, mas todas com vida e palpitações, com movimento e com alma, do que levantar uma catedral centralizadora e imponente, de vitrais coloridos e de colunas de mármore, mas com as portas fechadas e as janelas corridas, de carrilhões mudos e de altares vazios.

Numa breve e superficial retrospectiva, foi este o cenário do movimento associativo de origem portuguesa no País-irmão. De longe, o movimento mais forte e mais importante de todas as diásporas modernas que demandaram terras de Vera Cruz, a tal ponto que no começo da década de 30, sob a inspiração do escritor Carlos Malheiro Dias e como uma das conclusões do 1º Congresso dos Portugueses do Brasil, foi criada uma entidade para ser intérprete e porta-voz das aspirações e anseios coletivos junto aos governos e que servisse, ao mesmo tempo, de baliza para evitar a ruptura e as dissidências que já então ameaçavam a unidade e a coesão associativa. Quem falava pela “colônia”? Era uma pergunta que se fazia. Os homens do Gabinete de Leitura ou os comendadores da Beneficência? Os industriais de S. Paulo

ou os comerciantes do Rio de Janeiro? Os monárquicos da Bahia ou os republicanos de Santos? O Conde de Avelar ou o Visconde Moraes? Temendo que a divisão se aprofundasse, Malheiro Dias, com sabedoria e com o apoio de algumas das grandes figuras da comunidade, empenhou-se na criação de um “ente” que representasse a “colônia”, que fosse o conduto natural das suas reivindicações e, como previa o Emb. Martinho Nobre de Melo, “o ímã agregador” que fortalecesse o seu poder político, tanto num país como no outro. E foi o que veio a acontecer: em 1931, surgiu a Federação das Associações Portuguesas. Com a implantação do “Estado Novo” de Salazar, em Portugal, e do “Estado Novo” de Getúlio Vargas, no Brasil, a “colônia” ganhou mais influência. O estadista de Santa Comba Dão, em seus pronunciamentos e discursos, colocava-a nos píncaros do louvor e da consideração; rendia-lhe homenagens; convidava os seus líderes para participarem das comemorações dos “centenários” em 1940; distinguia-os com medalhas e condecorações e mandava conceder o “depósito legal” ao Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro para este passar a receber um exemplar dos livros editados em Portugal. A todas essas mercês do regime, a “colônia” correspondeu de muitas formas, mas fê-lo simbolicamente, adquirindo o “Palácio da Independência”, na “baixa” lisboeta e oferecendo-o ao governo para nele se instalar a sede da “Mocidade Portuguesa”. Já o estadista de São Borja, sob o signo da

amizade e da admiração pela terra e pela gente lusitana, despachava no Palácio do Catete demonstrando sempre um elevado apreço pela “colônia”: “Defiro o pedido, por ser um português quem o faz”, podia-se ler, a cada passo, nos processos administrativos conclusos por Getúlio Vargas.

Já nas últimas décadas ocorreram profundas mudanças no movimento associativo. Primeiro, porque o desvio e posteriormente o quase desaparecimento das correntes da emigração para o Brasil, fizeram com que se reduzisse drasticamente a entrada de portugueses no país. Enquanto isso, os “estoques” provenientes de períodos anteriores, pelas leis naturais da vida, foram diminuindo. Se no crepúsculo do século XIX, em algumas cidades, a percentagem de portugueses ultrapassava os 10% da população e se pelos cálculos de 1940 o seu número era de 800.000 em todo o País, a situação atual é muito diferente: para uma população de mais de 192 milhões já não chega a 150.000 o número de portugueses de origem que vivem no Brasil. E a grande maioria desses portugueses atingiu uma faixa etária superior aos 60 anos.

Por outro lado, as estruturas da sociedade moderna são muito diferentes e algumas áreas que eram atendidas pelos cidadãos sob a forma associativa, passaram a ser cobertas primordialmente pela ação do Estado. É o caso, por exemplo, da saúde, da educação e da previdência. E noutros setores que ficaram a cargo da sociedade civil prevalecem os moldes profissionais.

O resultado é que muitas das associações que existiam e tinham um desempenho robusto, perderam força, ou quando não, entraram numa fase de enfraquecimento e decadência que dificilmente poderá ser revertida. Foi o caso das associações de socorros mútuos. Nada mais natural que seja o Estado, com os sistemas da previdência, a regulamentar e a assumir uma responsabilidade que antes recaía sobre os cidadãos: na doença, no desemprego, na velhice e na exclusão. Ou, então, como foi o caso dos hospitais – das Beneficências, das Misericórdias, das Ordens religiosas, etc. – que não mudaram a tempo o viés generoso da filantropia e com os custos elevados da medicina tornaram-se, muitos deles, inviáveis.

Estes são alguns exemplos singulares, mas, no seu conjunto, o associativismo de origem portuguesa atravessa desafios que não são fáceis de vencer. Decerto, que em alguns setores fez-se a passagem do testemunho para os luso-descendentes sem maiores traumas e desvios. Por exemplo: os “centros regionais” continuam a reunir as famílias, a estimular o folclore entre as crianças e os jovens, ou a reviver festas profanas e procissões das províncias e das Ilhas adjacentes, das festas das Fogaceiras às festas do Divino.

Outras entidades, como as voltadas para a educação, também foram adaptando a sua estrutura e os seus programas aos novos tempos. Já não atuam na alfabetização de adultos ou na oferta de cursos profissionais, mas, como

aconteceu com o Liceu Literário Português, evoluíram para plataformas de ensino de nível superior e de pós-graduação, visando o aperfeiçoamento da Língua e o estudo da História luso-brasileira.

Também no campo das agremiações desportivas, malgrado ainda se manterem gens e traçados de épocas passadas, deu-se a ampliação para um contexto plurinacional. Foi o que aconteceu no “Club de Regatas Vasco da Gama”, no Rio de Janeiro, na “Portuguesa de Desportos”, em S. Paulo, na “Tuna-Lusa”, em Belém do Pará, e assim por diante.

No livro recentemente publicado “Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno” organizado pelo Prof. Carlos Lessa e que é composto por trabalhos apresentados num seminário realizado no Real Gabinete Português de Leitura, são abordadas as contribuições dos portugueses nos diversos setores da vida nacional: na economia, com seu empreendedorismo no comércio e nas indústrias; no mundo do trabalho e nos movimentos sociais; no traçado urbano e na arquitetura das casas; na organização sindical; na música e na gastronomia, nas confrarias e nas irmandades, etc. Todas essas contribuições, entretanto, foram-se diluindo com o passar do tempo, face às novas estruturas políticas e sociais ao desenvolvimento do País e às mudanças nas instituições. Ou, pelo menos, se não desapareceram totalmente, não ficaram tão ostensivas como eram até meados do século passado. As grandes casas comerciais seguiram o ciclo vital

dos fundadores e fecharam; modificaram-se os desenhos da arquitetura, o traçado urbano e os gabaritos dos prédios; encerraram-se as fábricas; transformaram-se as fazendas de café e as usinas de açúcar; no âmbito da Igreja, perderam força algumas ações laicas. Entretanto, como “*ex-libris*” da “colônia” portuguesa ficou até hoje o “universo associativo” a que estamos fazendo referência. Deixando de parte a Língua e a cultura “*lato sensu*” ainda são visíveis para os brasileiros as “associações portuguesas” que permanecem ativas: do “Vasco da Gama aos Gabinetes de Leitura; das Casas de Trás-os-Montes às Casas de Portugal; dos Liceus às Beneficências; dos Orfeões às Obras de Assistência.

Podemos mesmo afirmar que uma das imagens ou das evocações de Portugal que perdura no Brasil de hoje ainda é projetada por essas células associativas. Nelas, os brasileiros revêem o “Portugal, meu avozinho”, do livro de David Nasser, com a ternura, a música, a dança, os cantares e a gastronomia dos “centros regionais”; admiram o “Portugal da Epopéia quinhentista” na fachada em pedra de liós dos “gabinetes de leitura”; sentem o “Portugal da solidariedade”, nas enfermarias dos hospitais e na filantropia das caixas de socorros mútuos; aderem ao “Portugal da integração”, e do “arco íris” de raças e culturas nos clubes de raiz lusíada.

Ainda um outro traço que caracteriza o “universo associativo” de matrizes lusíadas não pode deixar de ser assinalado. É que, desde a sua gênese, os

brasileiros estiveram presentes e foram condôminos do desenvolvimento de quase todas essas instituições; partilharam de seus objetivos; entregaram-se com a mesma paixão de fazer e de servir para que colimassem seus objetivos. E essa participação, que diríamos providencial, acabou por facilitar a passagem do testemunho e garantir a perenidade de um movimento que não se interromperá quando cessarem de vez os fluxos da emigração.

Sem a presença dos brasileiros, não teríamos hoje mestres no Liceu para ensinar a Filologia e a Sintaxe do vernáculo, a História e a Antropologia, nem alunos para aprender; sem os brasileiros, não teríamos no Real Gabinete quem se interessasse pelos códices seiscentistas ou pelas pesquisas do Centro de Estudos, pelas consultas na biblioteca ou pelos concertos musicais no Salão dos Brasões; sem os brasileiros, não teríamos jovens e crianças nas casas regionais para dançar o vira ou nos clubes desportivos para brilhar nas quadras e nos estádios; sem os brasileiros não teríamos nas “caixas de socorros” tantas preces de agradecimento pela sua atuação em prol da pobreza, da velhice sem amparo e dos desgraçados sem esperança.

É essa presença nos diversos quadrantes associativos que nos dá a certeza de que muitos dos patrimônios e legados da emigração portuguesa não irão desaparecer. Pode não haver mais patrícios a desembarcar dos navios da “Mala Real Inglesa” ou do “Santa Maria” da Companhia Nacional de Navegação para cumprir em terras

de Vera Cruz o seu projeto de vida; pode não florescer mais o comércio lusitano nas grandes cidades e terem desaparecido os grandes benfeitores que se emocionavam com as filas dos pobres às portas dos asilos e dos hospitais ou os patriarcas e comendadores da colônia que organizavam subscrições para recepcionar Gago Coutinho e Sacadura Cabral, após a 1ª travessia aérea do Atlântico, ou para socorrer os órfãos da 1ª Grande Guerra Mundial; pode morrer o último português do Brasil, porque haverá sempre brasileiros a abrir as portas dos Gabinetes de Leitura e dos Liceus, das Caixas de Socorros e das Beneficências, das “casas portuguesas” e dos clubes onde se cruzaram sonhos da lusitaneidade. E havendo brasileiros, não se perderão os patrimônios construídos e deixados pelos portugueses.

Antonio Gomes da Costa
Discurso de posse
como Sócio Correspondente da
Academia das Ciências de Lisboa
Lisboa, 28/09/2010